



ACÓRDÃO Nº 199/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1943/2011 (5 vol).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Gabinete Militar da Prefeitura de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. Otávio Queiroz de Oliveira Cabral Júnior.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5854/2016 – MPC – ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro (fls.870/871).
- 8- **Relator:** Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus. Exercício de 2010.

Irregularidade. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Otávio Queiroz de Oliveira Cabral Júnior**, responsável pelo Gabinete Militar, no curso do exercício de 2010, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b do inciso III do art. 22, todos da Lei Estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais;
- 9.2. **Determinar à origem**, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM:
 - 9.2.1- cumpra, integralmente, o estabelecido nas cláusulas dos contratos firmados por este Órgão;
 - 9.2.2- observe as normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP;
 - 9.2.3- proceda ao correto controle na aquisição e utilização de combustível conforme regulado pelo Decreto nº 0609/2010;
 - 9.2.4- que faça constar nos processos administrativos de locação de



ACÓRDÃO Nº 199/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

veículos a relação de veículos ser utilizado antes da execução dos contratos, bem como produza estudos capazes de demonstrar, objetivamente, em qual modelo os custos são maiores, terceirização ou aquisição de veículos a fim de que seja observado o princípio da transparência, estabelecido no §1º do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Convocado e Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral